

## Polarização e instituições

Populismo de direita faz da crítica às instituições parte central de seu discurso

Joel Pinheiro da Fonseca

Economista, mestre em filosofia pela USP

"Biografia do Abismo", de Felipe Nunes e Thomas Trautmann, nos dá uma boa ideia do clima político que o Brasil entra em 2024. Se é que a mesma convivência com seus estimados concidadãos já não mostrou isso. Um país não apenas dividido como calcificado em suas diferenças políticas e tomado pela polarização afetiva: o eleitor uma quem está do seu lado e, cada vez mais, o outro quem está do lado contrário.

Como os próprios autores indicam, não devemos sa-  
tuar dessa polarização tão ce-

do. Eu também acho que ela veio para ficar. E dado que a polarização está aí, longo outra preocupação: como fortalecer as instituições que, por não estarem engajadas na luta política, desempenham um papel central na manutenção da democracia liberal? Imprensa, universidades, institutos, Ministério Público, Justiça, partidos, Forças Armadas. Quanto mais isolamos uns dos outros, mais importante é ter um chão mínimo de fatos comuns que limite as posições de ambos os lados.

Vacinas funcionam ou não? Existe déficit público? Que candidato receberá mais votos? A sociedade precisa ter um amplo consenso nisso; e só terá se a resposta vier de instituições vistas como objetivas e não politizadas. O populismo de direita que ascendeu nos últimos anos por todo o mundo faz da crítica às instituições parte central de seu discurso (assim como uma extrema esquerda que tem se tornado mais popular). Elas estariam nas mãos de elites progressistas desconectadas do povo e que

militam contra os valores da cidadania comum.

Um tipo de resposta possível é a tentativa de proibir o questionamento. Limitar por determinação judicial o le news sobre as urnas eletrônicas pode fazer sentido às vésperas das eleições, para evitar uma intencional golpista. Mas cada vez que uma ação assim é tomada, a Justiça Eleitoral queima parte de sua legitimidade e fortalece o discurso contrário a ela. Outra é a de desqualificar os autores de críticas. São ignorantes, burros, analfa-

betos, fascistas. Isso só reforça o sentimento de que essas instituições estão contra grande parte da população, e, portanto, obedecendo aos interesses da elite cultural. Nenhuma instituição é infalível. Portanto o questionamento é válido. Ninguém sabe tudo. É no debate, defendendo posições e enfrentando argumentos contrários, que aprende mais sobre o tema. É hoje, ao contrário do passado, as vezes contrárias não dependem do megalône da imprensa.

Há um elemento de verdade na crítica populista: todas elas dependem de especialistas cuja formação é excessiva a poucos, e que facilmente se deixam levar pela impressão de que devem decidir os rumos da sociedade. Antes das redes sociais, todas elas se acostumaram a pontificar sem oposição por muitos anos. Como pode um re-

les leigo, sem acesso aos dados, questionar um especialista com anos de estudo? Além disso, falta diversidade ideológica. No jornalismo isso é claro: há uma evidente preponderância da esquerda nas Redações. Assim como a homogeneidade racial pode gerar um viés inconsciente nas questões raciais, o mesmo vale para a uniformidade ideológica.

Em tempos de redes, a folia impessoal — com as mesmas imperfeições que todos nós temos — convence mais do que o discurso pessoal e sem ares, e por isso mesmo fabricado. Conhecer as pessoas dentro da instituição, reconhecer-se nelas e ver suas próprias objeções respondidas levadas a sério e respondidas igualmente mais do que fechar-se si mesma e lamentar a maldade do mundo que não aceita sua superioridade.

JOEL PINHEIRO DA FONSECA | ELO GASPARI | CONRADO H. MENDES | SEB. MARCOS AUGUSTO GONÇALVES | SÁ. DEMÉTRIO MAGNOLI

## Lula tem menor taxa de MPs aprovadas no Congresso Nacional

Em ano marcado por disputas no Parlamento, parte das medidas provisórias foi transformada em projeto de lei

Renata Gall

São Paulo. O terceiro mandato de Lula (PT) na Presidência da República apresenta a menor índice de medidas provisórias aprovadas quando comparado a seus antecessores, considerando o recorte dos primeiros 11 meses de mandato. Esse cenário ocorre em meio a um ano marcado pela disputa entre os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre o tipo de medidas que deve ser alterado durante a pandemia. Nesse contexto, parte dessas medidas acabou sendo apresentada em forma de projeto de lei com urgência. De 44 MPs, 10 foram aprovadas e sancionadas, no período de 1º de janeiro a 1º de dezembro. Isso resulta em um índice de 23% de conversão — percentual que pode aumentar nos próximos meses, dado que parte delas ainda não teve a tramitação encerrada. O segundo menor índice para o mesmo recorte foi no governo de Jair Bolsonaro (PL), que registrou 28%.

É o que mostra levantamento do Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB), realizado pela cientista política Joyce Luz, que atualmente é pesquisadora do Centro de Política e Economia do Setor Público da FGV.

Procurada pela reportagem, a SRI (Secretaria de Relações Institucionais) da Presidência da República afirmou que, ao analisar os números de medidas provisórias aprovadas, é fundamental levar em conta que parte delas foi convertida em projetos de lei que foram aprovados no Congresso.

O conteúdo dessas MPs foi validado e o governo conseguiu atingir seus objetivos e, por isso, fecha o ano com saldo positivo", diz em nota.

Para analisar o índice de sucesso geral do governo no Legislativo, levando em conta, portanto, as demais propostas apresentadas pelo Executivo, o valor de propostas aprovadas de Lula (20%) fica próximo a seus antecessores — índice de Bolsonaro, por exemplo, foi de 25% no mesmo período. A taxa fica dis-

taite apenas dos valores alcançados no primeiro (60%) e segundo (50%) mandatos do próprio Lula.

Foram analisadas propostas de lei (PL), medidas provisórias, projetos de lei complementar (PLP), projetos de lei complementar (PLC) e propostas de emenda à Constituição (PEC).

Além disso, quando de braços, a própria relação entre Executivo e Legislativo vem passando por mudanças, com um Congresso que tem tido um engajamento menor.

Entre os fatores que geram um desequilíbrio estão as alterações nas regras sobre emendas parlamentares, que vêm perdendo força enquanto instrumento de negociação pelo governo.

No último dia 18, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BR), chegou a dizer que o avanço do Congresso sobre o Orçamento por meio de emendas é uma "anomalia do sistema" e disse que a situação tende a "ficar insustentável".

Joyce Luz destaca o baixo índice de aproveitamento das medidas provisórias pelo governo e ressalta que, apesar de parte delas ter perdido a eficácia, muitas acabam não sendo derrotadas do governo, já que foram transformadas em projeto de lei.

É a questão de por que o governo continua emitindo MPs se ele também não interfere nesse conflito para que ele seja resolvido? indaga Joyce. As MPs têm força de lei e entram em vigor logo após sua edição, mas precisam ser aprovadas em até 120 dias pelo Congresso para virarem lei de fato — caso contrário são decretos de validade.

A brigas entre as duas Casas não são dadas porque Lira quer manter uma alteração feita durante a pandemia, quando os MPs tinham a ser apreciados diretamente no plenário — primeiro na Câmara e depois no Senado, ao invés de uma comissão mista formada por de-

putados e senadores, como prevê a Constituição.

Em meio ao embate com Pacheco, o presidente da Câmara passou a pressionar o governo para aprovar MPs por projetos de lei com urgência constitucional, o que ocorreu em algumas situações, como no caso do voto de qualidade no STF, do programa Resenova e da tributação das offshore.

Em outubro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chegou a incluir a dizer, em entrevista à Reuters, que o imposto sobre a transição de MPs ainda não tinha se resolvido e que isso gerava constrangimento ao governo.

No primeiro semestre, até mesmo a medida provisória que definia a estrutura do governo com seus ministérios, esteve sob risco de caducar, tendo sido aprovada no limite. O mesmo ocorreu com a medida que criou o programa Minha Casa, Minha Vida.

Uma medida provisória do início do governo que previa pagamento de um extra de 25% no programa Auxílio-Gás acabou incluída na MP do Bolsa Família sob risco de caducar — até a edição de um decreto chegou a ser aventada para evitar que o benefício deixasse de ser pago.

Em termos de projetos de lei, Lula apresentou 29 no período analisado, dos quais 9 foram aprovados e sancionados. Entre eles, estão a política de valorização do salário mínimo e de igualdade salarial entre mulheres e homens na mesma função.

Entre os não aprovados, estão as propostas do chamado "pacote da democracia", que estão paradas na Câmara dos Deputados desde julho. Lula também aprovou um projeto de lei complementar, formatado em que tramitou o arcabouço fiscal, regra aprovada para substituir o teto de gastos. O Congresso não analisou os projetos de lei aprovados no recorte.

Quanto aos projetos de matéria orçamentária, o índice também foi próximo aos primeiros 11 meses dos demais governos.

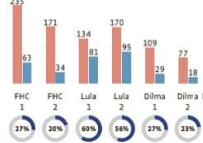
Uma vitória da articulação do governo foi a aprovação

### Balanco das propostas do governo Lula 3 no Legislativo\*

Lula 3 tem taxa de sucesso geral de 27% nos primeiros 11 meses

Propostas apresentadas pelo Executivo aprovadas

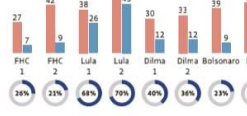
■ Apresentados ■ Aprovados ■ Taxa de sucesso



### Lula 3 aprovou 16% das MPs nos primeiros 11 meses

Propostas apresentadas pelo Executivo aprovadas

■ Apresentados ■ Aprovados ■ Taxa de aprovação



### Lula 3 teve 31% dos PLs aprovados e sancionados até 1º de dez

Propostas apresentadas pelo Executivo aprovadas

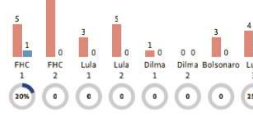
■ Apresentados ■ Aprovados ■ Taxa de aprovação



### Lula 3 aprovou 25% dos projetos de lei complementar

Propostas apresentadas pelo Executivo aprovadas

■ Apresentados ■ Aprovados ■ Taxa de aprovação



### Lula 3 não apresentou PEC de autoria do Executivo

Propostas apresentadas pelo Executivo aprovadas

■ Apresentados ■ Aprovados ■ Taxa de aprovação



\*O levantamento abrange propostas apresentadas pelo Executivo e sancionadas de 1º de janeiro a 1º de dezembro. \*\*Foram consideradas PL, PLP, PLC, MP, e PEC. Fonte: Levantamento do Observatório do Legislativo Brasileiro.

da PEC da Reforma Tributária, ela não entra na conta do governo, entretanto, já que foi de autoria do Legislativo e de texto anterior ao atual governo Lula.

A aprovação da PEC da Reforma da Previdência no 1º ano do governo Bolsonaro, por sua vez, apesar de entrar na conta do governo, foi aprovada com forte engajamento do então presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Na mesma semana em que teve a histórica reforma aprovada, porém, Lula viu vários de seus vetos serem derrubados pelo Congresso, entre eles a desoneração da folha de pagamento e o marco temporal de terras indígenas.

Fabiano Santos, que é coordenador do OLB, grupo que é ligado ao IUPERJ (Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), diz que um dos fatores importantes a se levar em conta é a força da direita no Congresso, o que acabou por si só impondo uma maior dificuldade de composição para o atual governo.

"O jogo político entre Executivo e Legislativo, onde estão bem aparelhados e divergentes do campo político do primeiro, é muito concentrado na dinâmica da emissão e derrubada dos vetos", diz.

Ele, porém, não vê o empoderamento do Congresso como algo que estaria diminuindo o poder do Executivo, mas sim, como um endosso do caráter presidencialista do sistema, dado que ele é baseado na separação dos poderes.

Joyce, por sua vez, destaca a taxa de apoio de parcela dos partidos que fazem parte da base de governo em votações na Câmara. A União Brasil, por exemplo, que tem ministério na Esplanada, entregou 62% de seus votos, no período analisado.

Procurada pela Folha, a SRI ressaltou que parte das medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo federal viraram projetos de lei aprovados pelo Congresso.

A SRI afirmou, em 21 de dezembro, que, de 46 medidas provisórias publicadas pelo governo, 15 "tiveram seu conteúdo transformado em projetos de lei".

Disse ainda que, portanto, 23 medidas provisórias foram "convertidas em lei", 8 "já tinham produzido todo o efeito esperado quando caducaram", pois tratavam de crédito extraordinário ou prorrogação de prazo de lei e caducaram tendo apenas "efeito administrativo", e que outras 13 seguem em tramitação.

A Folha questionou o recorte temporal dos dados e também pediu o detalhamento sobre os critérios do balanço de medidas provisórias que seriam ou não convertidas em lei, mas não houve resposta.